

# Pará é líder no ranking da devastação, dizem pesquisadores.

Foto: Oswaldo Forte/O Liberal- A Rede Amazônia Sustentável (RAS), que reúne pesquisadores e instituições de todo o mundo, divulgou ontem resultado de pesquisas sobre o desmatamento na Amazônia apontando o Pará como o primeiro colocado no ranking de desmatamento e degradação da região. Este ano o desmatamento na Amazônia Legal chegou a 7.989 km<sup>2</sup>, uma área equivalente a oito vezes o tamanho da cidade de São Paulo. Foi a maior taxa desde 2008, quando atingiu 12.911 quilômetros quadrados e 29% maior que em 2016, quando alcançou 6.207. Em 2016, o Pará foi o estado que mais desmatou com 3.025 quilômetros quadrados, 41% a mais que o ano passado. Hoje, a RAS promove um simpósio para mediar o diálogo entre a ciência, a sociedade e o poder público, apresentando o resultado de sete anos de pesquisa nos municípios de Santarém, Belterra e Paragominas e regiões próximas. A ideia é listar uma série de propostas de políticas públicas para frear a devastação da floresta amazônica e atender aos interesses econômicos e sociais.

Os estudos da RAS abordam temas que sempre preocupam – de alguma forma – ambientalistas, cientistas, poder público, pequenos e médios produtores rurais e o agronegócio como um todo: desmatamento, queimadas, degradação ambiental, legislação. O diferencial está no grau de humanização da pesquisa, que visitou 499 propriedades rurais e 623 domicílios, conversando com empresários e trabalhadores sobre as transformações ocorridas nos ecossistemas e paisagens naturais dos municípios visitados. O objetivo era entender como se deram as transformações e os resultados práticos na atualidade.

Um dos dados da pesquisa é que o Pará (equivalente a 25% do território da Amazônia brasileira) perdeu, nos últimos 10 anos, mais áreas verdes do que toda a região. Essas perdas se deram não só pelo desmatamento, mas pela degradação ambiental (queimadas e exploração predatória), que colocou em risco toda a biodiversidade, as paisagens e o potencial de recuperação.

## PROTEÇÃO

A legislação ambiental tem mecanismos que garantem a proteção de áreas verdes e compensação. Atualmente, 89% das florestas paraenses estão protegidas por lei, ou seja, 11,3 milhões de hectares que não podem ser desmatados de maneira alguma. Os 11% restantes, 1,3 milhão de hectares, podem ser desmatados. Porém, a compensação de reservas legais não é garantia de conservação de espécies animais e vegetais. E nem compensa as áreas que correm risco de desmatamento com recomposição da diversidade perdida, tampouco de outras áreas de desmatamento ilegal.

O território verde paraense (12,6 milhões de hectares) ainda é cinco vezes maior do que o déficit (2,3 milhões de hectares).

“As sociedades dependem do ambiente e o ambiente depende das condições socioeconômicas dessas sociedades. Quando se degrada, o ambiente perde e perde quem o degradou que não terá mais como usufruir. É uma via de mão dupla”, alerta Joice Ferreira, pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) da Amazônia Oriental e cofundadora da RAS. “Precisamos de políticas públicas fortes. E é o que não temos. Para isso, precisamos produzir informação científica de qualidade para cruzar esse abismo entre a ciência e a prática. Estamos muito avançados na repressão, mas falta conhecimento e orientação. Esse simpósio vai discutir diretrizes para uma Amazônia mais sustentável num país que tem tendência conservadora, de querer continuar fazendo mais do mesmo”, completa.

Todas as considerações da RAS serão apresentadas, no simpósio, a tomadores de decisão do Governo Federal e do Governo do Estado, além de entidades representativas interessadas em construir diálogos e soluções para as temáticas das florestas em transformação, sistemas aquáticos, regularização ambiental e economia rural. Entre eles, o secretário de Estado do Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca, Hildegardo Nunes; o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia, Adnan Demachki; e o secretário do Programa Municípios Verdes, Justiniano Netto. Membros de entidades nacionais e internacionais ligadas ao clima também estarão presentes, como WWF e Greenpeace.

### **Por O Liberal**

**“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”**

**Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br**